

Búzios lutará por lei que cria área de preservação

Objetivo é garantir a proteção da flora e da fauna em duas praias

Paulo Roberto Araújo

• O prefeito de Búzios, Mirinho Braga, disse ontem que o município vai usar todos os seus recursos para tentar impedir a anulação do decreto que criou a Área de Proteção Ambiental (APA) das praias da Azeda e da Azedinha. Segundo ele, a construção de condomínios vai acabar com a vegetação e a fauna existente nos 141 mil metros quadrados da área, que pertence à francesa Giselle Lise Zucco, de 94 anos. Os procuradores da proprietária do imóvel impetraram ação ordinária na Justiça de Cabo Frio e a Prefeitura de Búzios tem até o fim de agosto para contestar a ação.

Os representantes da francesa querem que a Prefeitura aumente a taxa de ocupação do solo de 3% para 15% ou então indenize a proprietária em R\$ 2 milhões, embora, segundo eles, o imóvel esteja avaliado em R\$ 6 milhões. Mirinho Braga rejeita as duas propostas e está recebendo assistência jurídica gratuita de advogados preocupados com a preservação do meio ambiente:

— A ação foi impetrada por pessoas interessadas apenas em ganhar dinheiro e que sequer são donas da área. O município tem meios para dizer o que pode e o que não pode no seu território.

Advogado alega que propriedade foi confiscada

Procurador de Gisele Reis, o advogado Nelson Schever disse que a lei que criou a APA é, na realidade, o confisco da propriedade da sua cliente, que preserva o local há 50 anos. Segundo ele, a taxa de ocupação de 3% não inclui áreas de Marinha e as que têm cobertura vegetal: só incide sobre áreas descampadas.

O secretário de Meio Ambiente de Búzios, Carlos Alberto Muniz, diz que na verdade o que está em jogo é uma pressão de especuladores para aumentar a taxa de ocupação que está na proposta da nova Lei do Uso do Solo, em tramitação na Câmara de Vereadores da cidade. ■

INSTITUTO
DOCUMENTAL

Domínio

Ponte 0 6020

Data 21/07/99 Pg 13

Class. US / AP 100